



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

6.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE JULHO DE 2017

Presidente: Exmo. Sr. José Diogo

Secretários: Exmos. Srs. Celmira Sacramento
Nenésio Afonso
Aérton do Rosário

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 50 minutos.

Ordem do Dia.— Após a discussão, foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 24/X/6.ª/2017 – Lei de Rectificação do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano Económico de 2017.

No debate, o Sr. Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul (Américo Ramos) e o Sr. Ministro da Defesa e Administração Interna responderam às questões das Sras. e Srs. Deputados Vasco Guiva (MLSTP/PSD), Danilson Cotú (PCD), Maria da Neves

(MLSTP/PSD), José António Miguel (ADI), António Barros (MLSTP/PSD), Aérton do Rosário (MLSTP/PSD), Xavier Mendes (PCD) e Jorge Amado (MLSTP/PSD).

No encerramento do debate, os Grupos Parlamentares do PCD, MLSTP/PSD e ADI, produziram uma declaração, a que se seguiu a intervenção final de Sua Excelência o Primeiro-Ministro (Patrice Trovoada).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 12 horas e 45 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 50 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem
Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos **Ramos**
Álvaro Martins das Neves
Anaydi dos Prazeres Ferreira
Arlindo Quaresma dos Santos
Berlindo Branco Vilela Silvério
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Celmira d'Almeida do **Sacramento**
Egrinaldino de Carvalho Viegas de Ceita
Esmael da Glória Espírito Santo
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Gabriel Barbosa dos Ramos
Idalécio Augusto **Quaresma**
Ivo Mendonça da **Costa**
Joaquim Salvador Afonso
Jorge Sousa Ponte Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
José Carlos Cabral d'Alva
José da Graça **Diogo**
José Manuel Macumbo **Costa Alegre**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça **Narciso**
Mário Fernando Rainho
Martinho da Trindade **Domingos**
Milton Viegas Fernandes **Lima**
Nenésio Quaresma **Afonso**
Ossáquio Perpétua **Riôa**
Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**
Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**
Sebastião Lopes **Pinheiro**
Silvestre **Moreno** Mendes
Wilder Monteiro dos Santos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo
Ana Isabel Meira Rita
António da Trindade Afonso dos Ramos
António das Neves Sacramento **Barros**
António Monteiro Fernandes
Arlindo Barbosa Semedo
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Brito Vaz d'Assunção do **E. Santo**
Dionísio Fernandes Leopoldino
Gonçalo da Trindade de Apresentação
Jorge Amado
José da Graça Viegas Santiago
Maria das Neves Baptista de Sousa
Mohamed Guadalupe Ramos da **Glória**
Manuel da Cruz **Marçal Lima**
Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**

Delfim Santiago das Neves
Filomena M. de Fátima dias X. de P. dos Prazeres
Jorge Dias Correia
José Luís **Xavier Mendes**

União dos Democratas para o Desenvolvimento (UDD):

Nelson Monteiro Dias da Mota

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com debate na generalidade da Proposta de Lei n.º24/X/6.ª/17 Lei de Rectificação do OGE para o ano económico de 2017.

Gostaria de saudar o Sr. Primeiro-Ministro e os membros do seu elenco governamental, assim como as Sras. e Srs. Deputados por mais uma sessão de trabalho nesta Casa Parlamentar.

Posto isso, convido as Sras. e os Srs. Deputados que queiram intervir que estão disponíveis para o fazer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Guiva para uma intervenção.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o elenco que lhe acompanha, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Presidente, ontem endereçamos ao Governo algumas solicitações, tanto que até ao encerramento do debate não tivemos as devidas respostas. Pensávamos que hoje ao iniciarmos, o Governo seria chamado a responder as perguntas deixada ontem e assim podemos proceder e continuar os nossos debates, porque é aqui que queremos escutar o Sr. Primeiro-Ministro, é aqui que a nação espera as respostas que solicitamos e não em grandes entrevistas encomendadas em que só participam jornalistas recomendados e credenciados pelo Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, permita mais uma vez fazer um apelo, estamos a discutir o rectificativo do OGE, portanto agradecia que interviéssemos apenas nesse sentido e não buscar questões que não têm nada a ver com questões orçamental.

Como dizia, tem uma lista aberta para aqueles que quiserem intervir poderem apontar os nomes. Estou aguardando e espero bem que avancemos nesse sentido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú para uma intervenção.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Caros colegas Deputados, bom dia.

A minha preocupação na verdade vem na senda daquilo que foi ontem o trabalho cá da Assembleia. Da forma que algumas perguntas foram ignoradas pelo executivo tínhamos ou temos a obrigação moral de junto ao nosso povo para poder voltar a fazer essas perguntas ao executivo.

E uma delas é que ontem perguntei quais medidas ou de que forma o Governo colocou no orçamento algum tipo de resposta para minimizar os efeitos negativos do aumento dos impostos e taxas junto as populações. Esta pergunta mereceu um silêncio da parte do Governo e novamente trago buscar resposta para o povo.

Outro aspecto importante é que da análise do orçamento percebemos um aumento de 27.72 na rubrica encargos gerais. Se isto visa pagar dívidas gostaríamos de saber quais dívidas.

Porque se o propósito deste orçamento rectificativo, tal como foi dito aqui pelo Sr. Primeiro-Ministro na sua intervenção, visa ajustar o orçamento as reais situações financeiras do país, então faz-nos confusão perceber justamente esse efeito contrário quando em vez de se cortar ou diminuir essa rubrica, «encargos gerais», aumentou de forma considerável.

Gostaríamos de saber, visando o quê concretamente. Por ora são essas duas perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves para uma intervenção.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Presidente, na sequência do que disse o Sr. Deputado Danilson Cotú, também tenho a mesma preocupação. Ontem levantamos uma série de questões que o Governo não se dignou dar resposta. Não vou aqui repeti-las, mas gostaria de recordar uma delas que considero extremamente importante, em que perguntava ao Governo se em matéria fiscal há lugar para retroactividade da lei.

Faço essa pergunta porque de acordo com o orçamento é dito que esta lei entra vigor e produz efeito retroactivo a partir de 1 de Janeiro do corrente ano.

O que pergunto é que há umas taxas que vão ser aplicadas. Essas taxas também têm efeito retroactivo a partir de 1 de Janeiro?

Precisamos de esclarecimento sobre essa matéria.

Analisei o documento, ouvi a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro ontem e não foi dito nada sobre STP in London. Sabemos que o STP in London foi uma actividade que custou caro a este país, para a sua realização gastou-se cerca de 500 mil dólares, levando gente para fazer quórum para que o evento tivesse a dimensão que se quis dar.

No orçamento de 2017 aprovado por esta Augusta Assembleia em Janeiro, estava contemplado na rubrica encargos gerais uma verba para o STP in London em cerca de 7 mil milhões de dobras. Agora constato que o STP in London desapareceu do orçamento.

Na altura dizia que já me parecia que o STP in London é um nado morto, nasceu com uma taxa de mortalidade tão elevada que mal nasceu morreu e agora vêm-me dar razão.

Por isso, gostaria de saber se de facto STP in London morreu, se sobrevive e sobretudo que impacto teve, que tem ou que vai ter na nossa economia.

Outra questão que me preocupa e julgo que preocupa a todos é a questão da reforma monetária. Estamos a ouvir dizer que se vai fazer uma reforma monetária. Em que ponto está a reforma monetária?

É uma coisa que na pode ser feita nos segredos dos desuses porque deve envolver a Casa Parlamentar os representantes do povo e deve envolver o próprio povo, é uma coisa que vai ser aplicada, vai-se ter que substituir as nossas moedas e não podemos ser confrontados com a moeda a ser trocada sem saber quais foram os passos, o que aconteceu.

Diz-se que vai haver a nova dobra, se for nova dobra a moeda de curso legal em São Tomé é dobra, não é nova dobra, queremos esse esclarecimento, queremos saber quando é que isso vai ser implementado, quando é que se vai envolver o povo nessa matéria, porque é necessário uma acção de sensibilização para que as pessoas percebam o que vai acontecer e, nada até agora é dito.

Outra questão S. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro é o poder local. Sabemos e a experiência tem demonstrado que o poder local tem um papel extremamente importante a desenvolver.

O nosso grupo parlamentar teve uma ofensiva aproximadamente uma semana de visitar as câmaras distritais para saber o que se passa concretamente, conhecer a situação das câmaras, a realidade porque constatamos que no orçamento rectificativo todas as câmaras distritais sofreram grandes reduções.

O exemplo da Câmara Distrital de Água-Grande que tinha programado 7 mil milhões de dobras e agora só está no orçamento 4 mil milhões, ou seja quase 50% de redução. E estamos a falar de um Distrito que tem problemas que tem porque para além dos que habitam em Água Grande há outros vêm, estamos a falar numa perspectiva de desenvolvimento de turismo que temos que ter a cidade limpa, todos reconhecemos que a nossa cidade hoje está completamente suja, não tem condições para receber turistas. Só o cheiro nauseabundo que aparece na cidade, os lixos que estão acumulados provocando problema de saúde pública e, constatamos que se reduziu drasticamente as verbas das câmaras.

E aqui desta tribuna gostaria de agradecer e felicitar os Srs. Presidentes da Câmara de Caué e de Água-Grande que se dignaram abrir as suas portas para mostrar o nosso grupo parlamentar a sua realidade. O Sr. Presidente da Câmara de Caué podem dizer, não porque ele é do MLSTP/PSD, o Sr. Presidente da Câmara de Água-Grande demonstrou ser um grande democrata, abriu as portas, mostrou a sua realidade, explicou ao grupo parlamentar o que se passa na Câmara.

Queremos saudar e agradece-lo por ter demonstrado que de facto é um verdadeiro democrata e gostaria também aqui de condenar a atitude do Sr. Presidente da Câmara de Lobata que fechou as portas ao grupo parlamentar sem dizer nada, isso não é atitude de um democrata, não é atitude de alguém que vive em democracia.

Gostaria de recordar aos Srs. Presidentes de Câmara de Mé-Zóchi, de Cantagalo e de Lembá que adiaram *sine die* a visita que continuamos a espera porque fomos lá enquanto representante do povo para ajudar e não para poder prejudicar.

Da Câmara de Água-Grande acho que o efeito foi positivo porque o Sr. Presidente da Câmara abriu a sua porta e mostrou-nos a realidade da Câmara.

Por isso, julgo que enquanto parlamentares temos essa missão, não só de criticar, mas também de colaborar e dar a nossa contribuição e foi isso que tentamos fazer e foi nisso que algumas portas nos foram fechadas. E em democracia isso não pode acontecer, por isso gostaria de recordar a todos que continuamos a espera da visita a outras câmaras.

De forma geral, Sr. Primeiro-Ministro, as câmaras precisam de apoio, o poder local pode ajudar o Governo a desenvolver muitas acções.

Temos a Câmara Distrital de Caué que diz que foi completamente ignorada, inclusive nem nos encontros que o Governo organiza com o poder local a Câmara Distrital de Caué é marginalizada, não é convidada.

Uma Voz: — É mentira.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — O Sr. Deputado depois virá cá falar, estou a falar das coisas que colhemos no local.

A Câmara Distrital de Caué diz que até hoje não recebeu do Governo um centavo para as despesas de capital. Se for mentira aí está o Governo para desmentir, julgo que o Sr. Deputado não pode substituir o Governo, estão cá na sala, poderão dar resposta.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, continuamos a espera das respostas as perguntas que fizemos ontem, caso tenham esquecido poderei voltar cá para recordar e também esperamos repostas as nossas questões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças para responder as questões levantadas pelos Srs. Deputados.

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul** (Américo Ramos): — Para responder algumas questões levantadas ontem e outras levantadas hoje pelo Sr. Deputado Danilson Cotú e Sra. Deputada Marias das Neves.

Ontem o Sr. Deputado Vasco Guiva perguntou se o Governo recorreu a banca para pagar salários. No mês de Maio e no mês de Junho como as datas festivas de 1 de Maio e 1 de Junho calharam logo após o fim-de-semana o Governo pretendeu pagar antecipadamente os salários para que as pessoas tivessem os seus salários antes. E como tivemos dois dias de fim-de-semana não se podia fazer o pagamento de acordo com as datas previstas, por isso pedimos uma antecipação e se quiser pode pedir essas informações aos bancos e que foram pagos logo a seguir.

Como temos um sistema que logo que o salário é elaborado entra nas contas, há alguns bancos que de boa vontade até colocam os salários antecipadamente sem que o estado faça passar a ordem de pagamento, mas para não criar essa discrepância entre uns nuns bancos e outros é que convidamos aos bancos para antecipar e depois logo que o pagamento for feito far-se-á a compensação.

Perguntou sobre as dívidas a terceiros. Temos três categorias de dívidas; uma que são com os fornecedores correntes, decorrentes das acções em curso que estão sendo pagas a nível do orçamento, temos as dívidas com terceiros que são dívidas que vêm de algum ano a esta parte, depois vou as enumerar, temos a dívida com diferencial de preço e temos a dívida da EMAE para com a ENCO, portanto já é dívida de empresas públicas.

Em relação as dívidas com terceiros, dívida corrente, as obras que estão em curso, tínhamos uma dívida de cerca de 3 milhões de dólares, pagamos uma parte recentemente e vamos pagar as outras partes no decorrer do orçamento.

Em relação a dívida com terceiros que vem de algum tempo a esta parte ela ronda cerca de 57 milhões de dólares, são dívidas com fornecimento de energia Central de Bôbo Forro, hidroeléctrica, reabilitação de água e acesso a contador, MSF, indemnização a gestão de hidroeléctrico contador, SINERGIE, contrapartida interna para projecto de reabilitação de escola, BATIGA, Comissão Instaladora da STP Airways, 25% restante do serviço de auditoria três projectos PRICE WATER COPORATION, são os projectos da estrada de Lembá e de Caué a Porto Alegre, dívida da Cimeira da CPLP a CIEM e algumas indemnizações aos agricultores no âmbito de alguns projectos nomeadamente, construção da Central de S. Amaro, alienação da EMOLVE, Barco de combustível *Integrity*, que entrou este ano cerca de 16 milhões de dólares, fomos condenados e diferencial de preço de cerca de 29 milhões de dólares. Estas são as dívidas correntes que temos e de entre outras.

Em relação aos encargos gerais realmente houve um acréscimo na verba dessa rubrica precisamente para pagarmos as dívidas atrasadas. Elas não têm lugar nas verbas normais existentes, elas são dívidas anteriores, então fizemos um acréscimo neste orçamento de encargos gerais precisamente para termos cobertura para irmos pagando essas dívidas até o final do ano, aquelas que podemos pagar até o final do ano em função da entrada de recursos.

O Sr. Deputado Danilson Cotú falou do aumento das taxas, gostaria de dizer que realmente houve actualização de umas taxas e que fiz referência aqui, mas houve também diminuição de muitas taxas. Mesmo a nível da justiça, as custas judiciais, não tenho aqui todas enumeradas, mas mesmo ao nível do cartório a questão da hipoteca, estrato de hipoteca e não só, houve diminuição.

Aliás sobre estrato de hipoteca acho que era uma das questões que entrava como ponto negativo no *Doing Business* porque era um valor bastante elevado, diminuímos a 50% o montante de estrato de hipoteca, portanto há uma melhoria.

Gostaria de saber quais são as taxas concretamente para sabermos como responder.

A Sra. Deputada Maria das Neves referiu sobre a retroactividade da lei, gostaria de dizer que não há retroactividade da lei, a lei entra em vigor a data da sua publicação, o orçamento inicial sim, entrava a partir de 1 de Janeiro, acho que se no documento pusermos a partir de 1 de Janeiro é algo que temos que corrigir.

Murmúrios e aplausos.

Erro é humano. A nova dobra, acho que é algo que a Sra. Deputada Maria das Neves conhece muito bem, porque participou, pelo menos na génese desse processo, mas para lhe dizer que nesse momento é uma matéria do Banco Central. O Banco está a trabalhar, não sei se contactou directamente os serviços da Assembleia ou aos deputados, mas sei que tem havido reuniões com o sector privado, Câmara do Comércio e não só, num trabalho de informação sobre a introdução da nova dobra.

Não está no orçamento, mas é algo que podemos trazer aqui com justificação própria, caso a Assembleia acha importante porque realmente a introdução da nova dobra é algo bastante importante para a população e é preciso que a população esteja informada.

Em relação as câmaras distritais, temos que reconhecer. É claro que estamos a fazer a contenção de uma forma geral e as câmaras também foram afectadas com essa diminuição e já transferimos neste ano, não foi no mês de Junho, não foi na altura em que foi os representantes do MLSTP/PSD as câmaras, mas já transferimos cerca de 2 mil milhões de dobras para Câmara de Água-Grande, 750 milhões de dobras para Câmara de Caué, de Lobata, de Canta Galo e 2 mil milhões de dobras para Câmara de Mé-Zóchi, para o Príncipe contribuimos primeiro para o pagamento de algumas dívidas iniciais no mês de Janeiro, cerca de 7 mil milhões no mês de Janeiro e Fevereiro, transferimos mil milhões para outras despesas de capital e agora em termos de transferência transferimos também cerca de 1.5 bilião de dobras para realização de actividade recente da conferência sobre Educação Ambiental.

É o que me permite agora dizer sobre as questões levantadas.

O que estava no orçamento realmente não é STP London, mas sim STP in, é um processo. Fizemos STP in London, era necessário que fizéssemos anualmente avaliação daquilo que foi feito e, convidar os parceiros e convidados.

Toda gente que faz uma conferência sabe disso, isso quase uma mesa redonda e uma mesa redonda é um processo que convidamos os parceiros, eles vão e tudo que se engaja a nível da mesa redonda não é realizável, então é preciso que anualmente, dois em dois anos ou quatro em quatro anos se faça o balanço ao meio percurso daquilo que é programa apresentado. É nessa perspectiva que tínhamos incluído no orçamento e programamos inicialmente fazer uma reedição do STP in. Mas infelizmente tendo em conta a questão da contenção, tiramos.

Estamos a cortar outros sectores podemos adiar esse processo para o próximo ano.

O Sr. **Presidente**: — No âmbito do artigo 102.º pode-se pedir esclarecimento devo escrever o nome e depois dar à palavra para poder intervir.

Tem havido um hábito de pensar que imediatamente que se pede esclarecimento pára-se tudo e tem que se atender. A palavra é concedida em função das inscrições que tenho na Mesa.

Como não há nenhum deputado a intervir agora, a senhora foi a primeira, dou-lhe já a palavra para poder intervir, mas se houvesse um deputado antes daria aquele deputado e depois passaria a senhora porque estou a cingir o que diz o Regimento.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves para uma intervenção.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Primeiro para dizer que a nossa visita afinal começou a surtir efeito, depois da nossa visita as câmaras começaram a receber dinheiro.

Aplausos do MLSTP/PSD.

É muito bom, muito importante. Porque o meu nome foi invocado na questão de reforma monetária é preciso esclarecer. De facto uma das primeiras pessoas a quem se pediu que fizesse uma reflexão sobre a reforma monetária fui eu enquanto consultora do Banco Central.

Na altura quando me fizeram esse pedido, São Tomé e Príncipe estava a negociar com Portugal o acordo de paridade cambial. Fiz um parecer, tenho a cópia, se quiserem posso mostrar, dizendo que não era oportuno naquela altura fazer-se essa reforma, tendo em conta que estávamos a negociar com Portugal o acordo de paridade cambial. E não se fez naquela altura, concluiu-se o acordo de paridade cambial com Portugal.

Porque não fazia sentido estarmos a discutir com Portugal uma moeda e estar simultaneamente a eliminar zeros na nossa moeda, era uma reforma monetária de fundo.

Passou-se esse período, posteriormente o acordo de paridade cambial com Portugal está a funcionar o Banco Central certamente decidiu fazer a reforma, mas é uma reforma que tem que ser feita envolvendo as pessoas, porque há um decreto-lei que tem que ser feito. Mesmo na cunhagem de moeda tem que se dizer qual é a lei que autoriza essa nova dobra, as primeiras pessoas que deveriam ter sido envolvidas são os deputados e as deputadas para analisar e legislar na matéria, fez-se o contrário. Já se produziu, parece que já há nota e até agora isso não apareceu nesta Casa Parlamentar e o problema é que vai-se eliminar zeros na nossas moedas e isso tem custos. Mesmo para a nossa população, saber interpretar isso, saber conviver com isso, saber o que isso significa, que impacto isso vai ter na nossa inflação, tudo isso não está esclarecido até agora e ouve-se na rua que a nova moeda vai entrar em vigor a partir de 2018. Se for 2018 já estamos muito atrasados em matéria de sensibilização.

Os que acompanharam corte de moeda em Moçambique viram os procedimentos todos, os passos, isso é uma coisa que leva tempo, é uma coisa em que precisa-se sensibilizar a população.

A mim admira como é que isso aqui em São Tomé e Príncipe está a ser feito, nos segredos dos deuses. É esse o esclarecimento que gostaria de prestar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel para uma intervenção.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Em princípio não gostaria de colocar nenhuma questão ao Governo, mas no entanto como trazia já de casa essa preocupação, que tem a ver com a questão das dívidas públicas.

É verdade que o Sr. Ministro das Finanças deu uma explicação bastante clara sobre esse aspecto que tem a ver com as dívidas públicas, mas é preciso muitas vezes tomarmos palavra aqui para explicar de alguma forma as pessoas que nos ouvem porque as pessoas que mais engajam o Estado nessas dívidas é que aparecem como salvadoras ou como pessoas que nada têm a ver com esses aspectos.

É verdade que há continuidade de Estado, mas há muitas dívidas que foram contraídas em nome do Estado que penso que não deveriam ter sido contraídas.

Alguns aspectos têm a ver com negligência, temos a questão que tem a ver com os navios petroleiros, *Integrity* e companhias. São procedimentos errados, não estou a encontrar termo jurídico para poder exprimir em relação a essa questão, mas é verdade que deveríamos ter poupado o país dessas dívidas.

São negócios que foram feitos e as pessoas que fizeram esse negócio, posso dizer aqui, que agiram até certo ponto de má-fé.

Ainda bem que a população são-tomense sabe quem são as pessoas que envolveram o Estado nessas questões.

Daí, do meu ponto de vista há necessidade de facto de haver a reforma da justiça para que as pessoas comecem a assumir as suas responsabilidades, para que a justiça funcione de facto no nosso país e as pessoas comecem a ser responsabilizadas. Daí sim, começamos a saber quem é quem porque as pessoas aparecem ali como quem não tem nenhuma responsabilidade, quando de facto são as pessoas que mais criaram problema a esse país.

Por isso, volto a dizer, é preciso que avancemos na questão que tem a ver com a reforma da justiça para que as pessoas sejam responsabilizadas.

Não vou aqui dizer quem são as pessoas, elas sabem. Muitas vezes umas pagam para outras, mas de facto são pessoas que meteram o país em várias situações que não vou aqui citar sabem e a população são-tomense também sabe, não pensa que a população está a dormir.

Vêm para cá muitas vezes com a intenção de enganar as pessoas, mas é bom que fique claro que a população nos conhece a todos e a população são-tomense sabe quem é quem nessa república.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sr. Deputado Jorge Amado para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Srs. Ministros e seus elencos, Sras. e Srs. Deputados.

Eu tomo a palavra neste momento simplesmente, porque ouvi um Deputado que me antecedeu, que ao falar da dívida que o país tem, apontou uma dívida que diz respeito a um navio que foi portanto, arrastado aqui no nosso território nacional, nosso mar, com direito próprio que temos fazer, só que esqueceu de dizer quem é que negociou a entrada desse navio para São Tomé e Príncipe.

Aplausos de MLSTP/PSD.

Também esqueceu de dizer que a dívida que é aplicada a São Tomé e Príncipe é a dívida que a mesma pessoa forjou para poder receber a sua contrapartida.

Aplausos de MLSTP/PSD.

Daí que, nós estamos a ser gerido por aqueles que querem delapidar São Tomé e Príncipe, e os senhores sabem disso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú para uma intervenção.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Não, é que essa situação as vezes temos, não sei se é mau hábito ou não, de querer cobrir sol com a peneira ou apontar o dedo ao outro, só que esquecemo-nos muitas das vezes que apontar o dedo para frente pelo menos três apontam para trás.

No encontro que tivemos aqui nessa Assembleia com o FMI no princípio deste ano, ficou claro para o FMI e FMI nos disse que nos anos 2015/2016, o Governo já tinha contratado setenta sete milhões de dólares em dívida. Contratado. Este é o termo, quem quero vem falar diferente.

Então, neste sentido temos que admitir que as dívidas estão a ser feitas. E outro aspecto que tem a ver com as questões de dívidas tem que ser um pouco claro, quando vêm aqui dizer que o povo sabe. Não, diz o nome para se saber quem é quem, isto é fundamental, porque as vezes o povo fica lá em casa a pensar que é uma pessoa, e pode ser outra.

Então quando o Sr. Deputado se quiser voltar cá, tiver que falar sobre dívidas, chega e diz: Fulano, beltrano, sicrano, esses devem. Porque nós podemos voltar para o assunto de barco. Ninguém foi lá ao tribunal, pelo menos da meu grupo parlamentar, e creio também de outras oposição, dizer ao juiz condena o pessoal que fez isso. Porque o barco quando entrou nós sabemos por aquilo que foi dito através dos tribunais, fez uma actividade comercial ilegal nas nossas águas. E em virtude disto tomou-se medida. Então dizer que é deste lado que esta a culpa? Meus caros, convenhamos. A gente tem que ser claro. Vai lá para o tribunal procura se informar bem, e diga quem prejudicou o país. Isso tem que ficar claro, porque senão, se nós estamos a sair do âmbito da política, para politiquice e nós não estamos vocacionados para tal. Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel para uma intervenção. Já estava inscrito antes do Sr. Deputado Vasco Guiva.

Uma voz: — É assim?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Mais uma vez obrigado Sr. Presidente. É só para dizer que a uma frase muito simples que costuma-se utilizar, quem não deve não teme. Logo após a minha intervenção os Srs. Deputados fizeram intervenção não sei com que objectivo, não sei se era para dizer que não têm nada a ver com isso, não têm culpa no cartório, porque fora isso eu acho que não havia necessidade das pessoas atrapalharem-se, apressarem, porque não têm nada haver, porque quem não deve não teme, volto a dizer.

E depois a uma questão, repara. Quando um Governo, nós estamos a falar de questão de governação. Quando houve digamos a negociação do processo de navio, acho que havia um governo. Estamos a falar questão de soberania. Por isso, quando a responsabilização, se algo corresse bem se os tais milhões que se disse ontem, usou-se o termo «que ainda estamos a comer» exactamente. Não sei como, não sei onde está guardado que estamos a comer, não sei quem esta a comer, tudo bem. Nós não vimos a questão de que são os tribunais que fizeram, digamos démarche, não vimos isso. Então, sendo uma questão de soberania, uma questão do estado, do país quando se negociou a questão do navio, havia Governo, e nós sabemos que as pessoas também têm aprender a assumir as responsabilidades políticas. É apenas isso que eu quero dizer. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sr. Deputado Vasco Guiva para um esclarecimento.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente peço esclarecimento depois de ter escutado Sr. Ministro das Finanças respondendo a minha pergunta complicou para mim mais a situação.

Complicou para mim mais a situação, ao ponto de esta evidente o flagrante a violação de memorando estabelecido com FMI.

O país já esgotou a capacidade de financiamento interno, com a emissão dos bilhetes de tesouro em cerca de seis milhões de euros. E o Governo agrava mais a situação, recorrendo aos empréstimos não concessionais, junta a bancas nacionais em 20%, em concessão de juro de 20%, e isso agrava mais a situação e viola o memorando com FMI. Esta é a primeira questão...

Murmúrios.

O Sr. Deputado Salvador quer falar?

Quanto a intervenção, Sr. Ministro das Finanças já reconheceu aqui erros, referiu que é necessário realmente corrigi-los, e eu venho chamar atenção de mais um erro constante no orçamento rectificativo. É que orçamento rectificativo representa um erro técnico de fundo. Não está em linha com a nova correcção técnica da forma de cálculo de IRS. Não está. O que levava a redução ou perda em receitas superior a trinta mil milhões de dobras.

Que medida compensatória terá o Governo em corrigir esse erro que não está reflectido no orçamento rectificativo? A primeira questão.

Outra questão, no orçamento rectificativo como dizia ontem o Sr. Ministro das Finanças e o Sr. Primeiro-Ministro prever-se para este a receita de privatização em cerca de cento cinquenta mil milhões de dobras. A pergunta que se coloca é, vai-se privatizar o quê? E quando?

Outra questão. Na senda ainda das dívidas, podemos ter acesso que o Governo tem um dos atrasados de 2016 com a CST, que ronda os dezasetes mil milhões de dobras.

Pergunta-se: No orçamento rectificativo não está previsto, como será pago?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sr. Deputado Danilson Cotú para uma intervenção.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, na verdade é que as vezes somos esforçados a clarificar as coisas, porque o Deputado que esteve aqui falando das questões da dívidas e etc., não citou bem, ou não prestou atenção, ou quis de forma propositada inverter o sentido daquilo que foi a intervenção do Deputado do PCD, o Deputado Xavier Mendes. E para evitar essas áreas cinzentas eu sou forçado a tentar mostrar ou clarificar aquilo que foi o sentido dessa intervenção.

O Deputado Xavier Mendes, fez as contas ou analisou aquilo que foram as mobilizações, em termos de recursos conseguido pelas poucas viagens realizadas pelo Primeiro-Ministro, de então Dr. Rafael Branco e comparou quase inúmeras, e as incontáveis viagens feitas pelo Primeiro-Ministro actual e viu que em termos daquilo que foram os benefícios daquelas viagens, ou então Primeiro-Ministro conseguiu junto ao Governo português creio eu, engajar cinquenta milhões de euros, que sim é este valor que estamos a ser beneficiados, nós todos os santomenses...

Murmúrios.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Foi isto que foi o sentido. Ok, atenção espera aí...

Protestos do ADI.

Entretanto, Sr. Presidente, aleluia.

O Sr. **Presidente**: — Serenamente conduzimos o debate. Não faz sentido estamo-nos a irritar, dum lado ou do outro eu peço a todas Sras. e Srs. Deputados, para se conterem porque nós estamos numa discussão seria, sobre o assunto de Estado.

Murmúrios

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Fica quieto, aleluia porque Diogo bateu martelo.

Risos e Murmúrios

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Graça, isso não é problema. Posso Sr. Presidente? Tem coisa a vir, não preocupe. *Quá sá pambá.* Posso Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Sim, sim, pode. Sr. Deputado pode continuar.

O Sr. **Danilson Cotú**: — Então, como eu dizia, o que o Deputado pretendia fazer, ou pretendeu fazer, foi justamente trazer-nos essa comparação. E o desafio que eu gostava de deixar, nesse caso, aos Deputados que sustentam a maioria, é para virem aqui, eu sei que tem muita gente ali com vontade de falar, não tenham medo, venham cá e façam aquela análise que o Deputado Xavier Mendes tentou fazer aqui. Comparar!

O vosso correligionário, que é o Primeiro-Ministro, viajou durante x vezes e arrecadou tanto. E esse tanto está a ser utilizado de maneira x, y e z, digam isso aqui! Não precisam de ficar com receio; nós estamos aqui, justamente, para fazer o contraditório, então, estejam à-vontade, meus caros! Muito Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros para uma intervenção.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e os membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, eu venho aqui para pedir ao Governo que esclareça aqui duas situações. Porque, continuando a análise deste Orçamento, fico com algumas certezas: uma primeira certeza com que fico é que o seu Governo tem estado a enganar a juventude. Por um lado, na Comunicação Social, a juventude

tem toda a prioridade, é juventude! Mas, no essencial, que é na materialização para de facto, mudar a situação da juventude, não se vê nada.

E prova disso é que no Orçamento Rectificativo, a percentagem atribuída ao sector competente para coordenar a política da juventude sofreu uma redução. Portanto, o que significa dizer claramente que, para si, o seu Governo, a juventude só é prioridade de uma forma publicitária, para fazer publicidade. Mas não é prioritária em termos de execução de garantias para que eles possam mudar de vida. Por isso, o esclarecimento que eu queria, já se questionou sobre isso ontem, e ninguém respondeu; é a política do empreendedorismo. Portanto, hoje ainda alguns jovens me pediram encarecidamente que pedisse o Governo para explicar a questão do empreendedorismo.

As pessoas fizeram os seus projectos e até hoje, nada. Os jovens, como se diz assim, o termo terra a terra, o Governo passou perna aos jovens

Risos.

...Sim! Passou perna. Os jovens continuam na mesma, ou pior. Continuam pior! O Governo tem estado a passar perna na juventude. Por isso, é necessário que venha aqui esclarecer, dar uma explicação. Eles querem saber, em que pé vai a política de empreendedorismo jovem.

Uma outra questão que eu quero levantar, também o Governo precisa explicar, porque vê-se nos Orçamentos, estava no outro, está neste rectificativo, as verbas de que se fala para... As verbas de busca e salvamento, nesta questão de desaparecimento ligado à ligação marítima. No entanto, e é de lamentar, infelizmente, eu fiquei muito triste quando ouvi na comunicação social uma série de diligências que o Governo diz que fez para a busca de navio Santo António, que eu posso aqui afirmar que 90% daquilo que disse é mentira, das buscas que foram feitas, não foram feitas!

No entanto, existem normalmente verbas no Orçamento para essas diligências. E não sendo suficiente, acho que o Governo devia também usar a sua influência, para, juntos aos outros parceiros que têm melhores condições, solicitar navios ou aviões. Porque o navio Santo António continua desaparecido e estão aqui a enganar os familiares! Estão a enganar os familiares. A busca só foi... E essas coisas só passam só para quem não quem não vive no Príncipe. Para mim ninguém me engana com isso. A busca só foi feita dois dias e até hoje nunca mais houve busca nenhuma. Nunca mais houve diligência nenhuma. O navio continua desaparecido e as pessoas continuam desaparecidas. É esse esclarecimento que eu queria que fizesse. Porque os familiares também das pessoas que estão lá...Eu já disse isso aqui; quem trabalha no barco é povo pequeno, precisam de um esclarecimento. E dizer mais: se o Governo já deu por fim esse processo de busca, ou se vai continuar? A situação desse navio não pode simplesmente ficar assim. O navio desapareceu, todo o esse processo tem de ficar esclarecido. Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD

O Sr. **Presidente**: — Restam 6 inscritos. Gostaria de solicitar por parte do Governo, se haverá alguém que poderá ser indigitado pelo Sr. Primeiro-Ministro para usar da palavra.

Convido o Sr. Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul a dar esclarecimento às perguntas aqui colocadas.

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul**: — Portanto, em relação a questão levantada pelo Sr. Deputado Vasco Guiva só gostaria de dizer ao Sr. Deputado que, em matéria de negociações com o Fundo Monetário, eu estou à-vontade. Eu estou à-vontade, porque não é hoje, já venho negociando. Aliás, mesmo em dificuldades eu sou daqueles que chamo sempre o FMI para acompanhar as nossas Contas Públicas. Quando chegámos ao Governo, em finais de 2014, ainda recordo, que nós tínhamos terminado um Programa em 2012.

Ele foi suspenso em 2013, eu não sei porquê! Mas em 2014, eu fiz questão de pedir o Governo a autorização para que nós iniciássemos um programa com o Fundo Monetário. Eu sinto-me à-vontade, trabalhando com o Fundo Monetário e cumprio, apesar das dificuldades, o Memorando que assino com essas instituições. Quando houver alguma dificuldade em cumprimento de alguns indicadores, eu negocio. E é o que eu tenho feito. Por isso, em matéria de memorandos eu por acaso, estou à-vontade em trabalhar nesse sentido e não violo. Não é verdade o que o senhor diz que, contratámos créditos, violando o Acordo, porque se assim fosse, o FMI teria suspenso o Programa. Aliás, o FMI esteve cá há dias. Na semana passada. E eu é que mandei chamar; para vir observar as contas, até Junho. Como é que estão as Contas Públicas.

Sobre a questão do pedido que eu fiz, eu esclareci, do salário, de Maio e Junho, não se trata de um juro de 20 %, como o senhor está a fazer referência, mas sim, pelo adiantamento do salário, paga-se uma comissão; é um serviço! E eu negocieei isso com os Bancos. E o senhor pode perguntar aos Bancos. Não se tratou de contratação de empréstimos a 20%, como o senhor fez referência.

Sr. Deputado, há uma questão que acho que se está bastante a insistir sobre o período da contratação e desbloqueamento dos fundos. Os 50 milhões, os 30 milhões da Nigéria foram negociados no Governo de

coligação de Patrice Trovoada, Negociados! E desbloqueados uma parte, e outra parte, através do Governo de Rafael Branco e temos registo das trocas de informações de quando é que isso foi, porque na altura, eu era Director de Tesouro.

Portanto, nós não vamos aqui falar de quem mobilizou, quem não mobilizou, porque nós se falarmos, durante esse Governo também mobilizou-se fundos. Portanto o BEI, também contratamos, quando o senhor fez referência aqui ao crescimento da dívida. Negociamos um crédito de 10 milhões com BEI, para Energia, negociamos um donativo de 16 milhões, para Energia também com o Banco Mundial, estamos a negociar um fundo de 17 milhões com Koweit. Estamos a negociar, toda a gente sabe, um donativo, 146 milhões de dólares com a China. Portanto, são fundos que estamos a negociar também! Estamos a negociar, e, neste momento vamos beneficiar, através do IDA-18, de 70 milhões do Banco Mundial, que saiu de 15 para 70. Portanto, acho que é melhor não entramos nessa! Obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Guiva.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, o Sr. Ministro não respondeu outras duas questões; quanto a linha do novo calco de IRS que não está configurado no Orçamento Rectificativo e os atrasos 2016, de 16 mil milhões com a CST.

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul**:— Obrigado, Sr. Deputado.

Eu começo pela última, a questão do IRS: a questão de IRS, eis a razão que, eu quando respondi à questão do Deputado Danilson Cotú, eu disse que nem tudo aumentou em termos de taxas. Porque a questão de IRS, nós corrigimos um erro que foi cometido desde a aplicação do diploma, a introdução de parcela a abater. Quando nós introduzimos o novo IRS, em 2009, ele prevê a introdução de parcela a abater, e não se fez isso durante todos esses anos. Portanto, diminuía-se o rendimento disponível para as famílias.

Em 2017, nós introduzimos isso. Claro que isso traduziu numa diminuição de receitas a nível de IRS que foram compensadas com a introdução do valor fixo mínimo, valor mínimo de imposto. Toda a gente sabe que nós introduzimos o sistema de fixação de valor mínimo de imposto, de 35 mil para todos os rendimentos, e para um milhão e duzentos para empresas. Esse valor é que veio compensar a perda que nós tivemos com a introdução de perda a abater. Portanto, nós vamos mandar um relatório de execução até Junho, mesmo introduzindo, vão ver que houve um aumento ligeiro, não como nós prevíamos, mas um aumento ligeiro a nível de IRS, porque nós tomámos medidas também para corrigirmos essa perda com a introdução de parcela a abater.

Em relação à dívida de CST, é uma dívida acumulada. Nós temos vindo a reduzir, e quando eu falei de encargos comuns e não só, é para nós reduzimos essas dívidas e pagarmos, na linha onde está comunicações, pagamos as dívidas correntes, o consumo corrente. E, na linha encargos gerais, pagamos as dívidas em atraso e essas dívidas não são dívidas que nasceram hoje. Vêm de vários anos, a medida que vamos passando o ano, vamos diminuí-las. Elas vão aumentar, e agora com as medidas que nós tomamos, a nível de comunicação, elas vão diminuir drasticamente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros a colocar o seu pedido de esclarecimento.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— Eu acabei aqui de fazer uma intervenção e levantei duas questões. Por isso, é que eu vim pedir esclarecimentos. Quando nós os Deputados levantamos aqui questões, eu por exemplo, não levanto para mim, eu levanto para o povo! As pessoas estão lá fora à espera de resposta. Bom! Se o Governo não quiser me responder, está tudo bem. Mas pelo menos respeite o povo que votou nele. Portanto, eu gostaria muito... O Sr. Ministro das Finanças esteve cá, pelo menos devia explicar a situação do empreendedorismo jovem que eu solicitei. E para mim, isso fica provado que o seu Governo passou perna à juventude.

Um outro esclarecimento, e isto, eu quero aqui afirmar que eu não descansarei, não descansarei! O Governo não terá sossego, enquanto não ficar cabalmente esclarecida a situação de desaparecimento do navio Santo António e dos meus irmãos que estão lá dentro. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Ministro Arlindo Ramos para prestar alguns esclarecimentos.

O Sr. **Ministro da Defesa e Administração Interna** (Arlindo Ramos):— Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Eu vim cá para tentar explicar ao Sr. Deputado António Barros, aquilo que diz que é mentira. Porque 90% daquilo que nós fizemos passar na Comunicação Social, as informações são mentiras. É pena que o senhor, no Parlamento, é uma pessoa e fora dele, é outra. É pena, disse! Por isso, que eu gostaria que no Príncipe, o senhor defendesse assim, fosse mais claro com as suas convicções que faz aqui no Parlamento. Por isso, eu vou...

Protestos do Sr. Deputado António Barros.

...eu vou, eu vou esclarecer todas as démarches que nós fizemos. Senhor pode considerar mentiras, mas estão provadas. As Forças Armadas, através da Guarda Costeira, não têm interesse em mentir sobre essa matéria. Portanto, nós fazemos o nosso trabalho, de acordo com os meios que dispomos. Fazemos em nome da República, em nome do País e na defesa dos interesses da própria população. Por isso, que nós, ao tomarmos conhecimento do desaparecimento que, até hoje, não podemos tomar uma decisão clara sobre o que aconteceu ao navio, mas nós fizemos todas as démarches necessárias junto aos nossos parceiros. Não obstante os escassos meios que nós temos, fizemos as buscas, como o senhor próprio disse, durante dois dias, fizemos com os meios disponíveis, mas, entretanto, vimos na necessidade de socorrer aos amigos, aos países vizinhos, para nos apoiar, tendo em conta que nós pertencemos à uma zona de intervenção, a nível de segurança marítima; denominada Zona D. E a Zona D é composta por vários países: A Costa do Marfim, Gabão, a República do Congo, a República Democrática de Congo, Angola, Guiné Equatorial, portanto, todos esses países e através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que aqui está, o Ministro pode confirmar, nós solicitámos apoio para a busca e localização do referido navio. Para além disso, ultimamente, esteve cá o navio francês e através deste próprio Parlamento, foi-nos solicitado a possibilidade deste navio dar-nos o apoio na localização do navio! Fizemos!

Temos um barco, o navio de pesquisa a nível das nossas águas jurisdicionais. Nós pedimos a Cosmos que nos apoiasse com o seu helicóptero na busca desse navio. E as respostas todas que nós obtivemos, foram de que não conseguiram localizar o navio; não há sinais de que o navio tenha sido naufragado. Portanto, nós não podemos definir, ou ter uma informação concreta sobre essa matéria, porque ainda precisamos de outros dados. Porque os sinais que se apresentaram não são suficientes para nós declararmos se o navio está no fundo do mar, ou se o navio está desaparecido.

É preciso nós continuarmos a trabalhar mais! E nós estamos a fazer esses trabalhos com os nossos parceiros, com os nossos amigos. Já solicitámos o apoio de Portugal e Portugal em Outubro, vai-nos enviar um navio hidrográfico para nos permitir, se esse navio estiver no fundo do mar, localizar esse navio e todas essas informações, nós temos estado a trabalhar com os familiares. Nós encontramos com os familiares, no Ministério da Defesa, as Forças Armadas e a Guarda Costeira têm encontrado com os familiares. Portanto, não há aqui nenhum interesse nosso em não esclarecer esse assunto. Por isso, meu amigo, não faça política com desgraça do outro! Obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Crisóstomo.

O Sr. **Aérton Crisóstomo**:— Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, bom-dia. Eu venho aqui propriamente para pedir a colaboração do Governo, na pessoa do Sr. Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças, por causa da questão da reforma monetária. O Banco Central, conforme disse, tem feito alguns exercícios junto a algumas instituições, apresentando as novas moedas e os pressupostos que estão subjacentes à introdução de novas moedas.

Bom! No grafismo das moedas, foi-nos apresentado no Príncipe, porque vai haver moedas de duas dobras, uma dobra e moeda de cinquenta cêntimos. O que se detectou no grafismo, naquilo que foi desenhado para essa moeda, é que a moeda de duas dobras está representada ou está simbolizada por falcão.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Afinal! Há informação sobre moeda, não é?

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Estou a falar Sr. Deputado. Moeda de duas dobras e estamos a falar sobre o orçamento dinheiro e por isso a moeda de duas dobras é representado por falcão, moeda de uma dobra representado por celelê e que é um pássaro que até eu desconheço e só a moeda de cinquenta cêntimo que é representado por papagaio. Dei uma vista de olho ao artigo 14 da nossa Constituição que fala de símbolos nacionais e no número 3 do mesmo artigo diz o seguinte. «A insígnia é constituída pela figura de um falcão a esquerda, um papagaio a direita e separados por um brasão de forma ovalar cuja abcissa vertical é da dimensão de 0,33 vezes superior a horizonte e no interior da qual se destaca a palmeira situada ao longo da abcissa vertical».

Perante isto, verifica-se que o Banco Central no desenho da moeda não respeitou o brasão do país ou a Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe. Por isso gostaria de contar com o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro das Finanças junto a Banco Central para corrigirem a situação. Isto é uma questão. A outra tem a ver com um erro de cálculo. Vinha cá mas o Sr. Ministro das Finanças adiantou-se na resposta porque tenho em mãos é aide-mémoire do Fundo Monetário Internacional de 20 de Julho.

No ponto 2 diz que: «o desempenho fiscal do primeiro semestre melhorou embora seja ainda necessário repor-se para cumprir a meta final do ano 2017. A receita registou ganhos significativos reflectindo medidas como introdução no final de ano passado de um novo imposto sobre consumo de bebidas alcoólicas e tabacos. Ainda assim ficou abaixo do projectado devido atrasados tributários devido pela ENCO no valor de 40 mil milhões em revisão em baixa de IRS devido a um erro de cálculo». Erro de cálculo! Pela explicação

do Sr. Ministro das Finanças o cálculo resultou em desfavor do contribuinte. Isto quer dizer que as pessoas foram...

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul**:— A favor de Estado.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — A favor de Estado? Não. A favor de Estado na perspectiva de nova forma de cálculo. O que percebi na antiga forma de cálculo houve um erro de tributação. No erro de tributação os contribuintes eram tributados mais do que aquilo que devia. Isso significa que o Estado tem que devolver o contribuinte a parte do dinheiro que foi mal tributado.

Aplausos de MLSTP/PSD e PCD.

E gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro assumisse aqui a devolução desses valores.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros para uma intervenção.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Isto é uma tristeza. Eu pedi a palavra para reagir a intervenção do Sr. Ministro e neste momento o Sr. Ministro não está na sala e o Sr. Presidente me dá a palavra. E fico a espera quando o Sr. Ministro chegar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças, Comercio e Economia Azul.

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul**: — Portanto, houve uma questão que ficou por responder do Sr. Deputado António Barros sobre o empreendedorismo. É preciso dizer que a juventude não é só empreendedorismo, a juventude não é só alocação de fundos para empreendedorismo. A juventude é formação, a juventude é desporto, a juventude é sala de aulas, é um conjunto de coisas.

Nós realmente tínhamos um programa e aliás o Governo começou com um processo de atribuição de créditos para a juventude e que nós todos aqui e os Srs. Deputados conhecem muito bem o que é que envolve atribuição de créditos no âmbito de empreendedorismo. Nós todos sabemos. Neste orçamento não incluímos mas vamos continuar o processo. Há um programa e esse programa não é para terminar um ano porque o orçamento é anual, quer dizer que no próximo ano em função da evolução vamos repor esse valor. Estamos durante esse programa. Em relação a Banco Central a insígnia na moeda não obstante ser ministro tutelar da pasta, eu gostaria que houvesse uma sessão com o Governador do Banco onde ele pudesse vi explicar e outras questões aqui levantadas pela Deputada Maria das Neves onde se podia explicar tudo a volta da moeda...

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — A gente requer, a Mesa bloqueia.

Risos gerais de MLSTP/PSD e PCD

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul**: — ... quiçá conseguir ultrapassar das informações que não estão claras em relação a essa matéria. Em relação a questão do IRS, eu acho que o Sr. Deputado não percebeu muito bem aquilo que disse. O relatório do Fundo que tem um relatório preliminar, estávamos a discutir.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Está aqui relatório conclusivo. Também está a ser preliminar?

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul**: — Sim. Eu disse que é um relatório preliminar.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Sim. Conclusivo.

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul**: — Onde é que está? Está escrito conclusivo? Por isso é que estou a dizer o senhor que é preliminar. Senhor não sabe. Eu estou a lhe dizer preliminar porque eu é que sei. Porque eu que trabalho com o Fundo.

Aplausos de ADI.

Murmúrios e ruídos de MLSTP/PSD e PCD.

O senhor não está a falar a verdade porque antes de entrar no site, temos que assinar. Não se assinou ainda. Como eu expliquei quando se aplicou a lei em 2009 integrou-se uma tabela com parcela a bater que

não correspondia com aquilo que estava na lei e assim que foi-se cobrando desde 2009 e não é hoje, até então. Detectou-se, publicou-se e foi aprovado através da autorização legislativa que pedimos e introduzimos uma nova tabela a bater. Essa nova tabela a bater é que veio fazer com que houvesse uma diminuição da receita a favor do Estado mas aumentou o rendimento disponível para o trabalhador. Aumentou o rendimento disponível. Daí que não se trata de um erro cometido por esse Governo é uma coisa que já vem desde 2009.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Corrige e devolve dinheiro ao contribuinte.

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul**: — E nós corrigimos. Portanto, eu não sei o que é que está falando. Acho que está a tentar politizar quando estamos a falar de coisas que realmente tem algum sentido. E se isso for, temos que discutir. Ok!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros para uma intervenção.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro da Defesa, para mim foi uma pena. É uma pena, porque para vir aqui responder ao povo em geral e em particular os familiares das vítimas do naufrágio desse navio. Para vir aqui responder uma questão tão triste como é a questão do desaparecimento do navio Santo António um simples esclarecimento a população, para isso foi necessário em primeiro lugar ter que proferir palavras insultuosas a um Deputado da nação eleito. Com este propósito para estar cá a defender o povo que o elegeu, pedindo ao Governo esclarecimento.

Para dizer o Sr. Ministro que isto não me preocupa muito, enquanto aceitei o desafio de estar aqui a representar povo sabia todos os riscos que corria e estou disposto a suporta-los todos. Por um São Tomé e Príncipe melhor lutarei, e pelo Príncipe eu morrerei se necessário for. Mas enquanto estiver aqui irei cumprir o meu papel para o qual fui eleito. Por outro lado, as palavras que aqui foram dirigidas pelo Sr. Ministro posso enquadrá-las em vários sentidos e não sei se podemos falar de falta de ética, não sei se podemos falar de falta de educação ou também de falta de sentido de Estado. Mas no entanto deixo tudo isso no ar e muito obrigado.

Risos e aplausos de MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se há mais intervenções com relação ao orçamento uma vez que estamos a discutir o orçamento na generalidade. Agradecia a contribuição das Sras. e dos Srs. Deputados. Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Xavier Mendes para uma intervenção.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Ontem tinha levantado aqui uma questão ao Sr. Ministro das Finanças da discrepância entre o TOFE e a discriminação na tabela discriminativa de algumas despesas nomeadamente no que diz respeito aos encargos gerais nomeadamente nos exercícios findos. No TOFE tem 35,9 e nos encargos gerais essas despesas vão para 213 mil milhões. Gostaria de saber porquê essa discrepância? Porquê que ela vem? Se com esses 213 mil milhões bate certo com um total de tecto orçamentado.

O Sr. **Presidente**: — Mais intervenções Sras. e Srs. Deputados porque até agora só registei cinco intervenções. Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú para uma intervenção.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Ministro, realmente quando falou da questão da juventude, e a sensatez aconselha-me a concordar consigo em alguns aspectos. É verdade que falar da situação da juventude não pode circunscrever-se única e exclusivamente a questão de créditos. Subscrevo a isso. Entretanto, Sr. Ministro é também importante que se tenha em conta a necessidade que a juventude tem para organizar-se, para poder fazer essa transição necessária para atingir a fase adulta.

Ele precisa ter autonomia dentre as quais a autonomia financeira para que ele possa assumir a sua posição social de ser responsável pela sua sobrevivência. Daí, é que vem a questão de microcrédito. É verdade também sim, que microcrédito não pode ser só disponibilizar verbas, tem que ser formação e eu concordo com isso, mas a preocupação que tenho e gostava já nesse caso antes de avançar de pedir ao Sr. Ministro se possível for que nos dissesse em número o montante que já foi desbloqueado no âmbito do programa microcrédito?

Seria importante para ajudar-nos a perceber o porquê que neste momento já não está inscrito um valor para microcrédito. De repente o valor foi muito elevado e está-se a espera para ver se consolida ou não. E então eu gostaria de pedir encarecidamente ao Sr. Ministro que nos desse pelo menos essa indicação em números para poder facilitar a nossa análise. Porque hoje, mais do que nunca e aliás foi uma promessa de campanha que vossas excelências fizeram, disseram a juventude que iriam disponibilizar verbas para microcrédito e então a juventude quer saber porquê que agora no rectificativo não tem. Que digam que aquele que já deram é bastante ou que não há condições para dar nesse momento e vai-se inscrever.

Porquê? Porque dizer que vai-se inscrever para o próximo ano, jovens vão aperceber que é campanha. E nós não queríamos tirar esse tipo de percepção.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados se tiver alguma pergunta colocam-na aqui para que eu possa dar a palavra ao invés de estar a falar em paralelo. Fico com impressão de que parece não haver vontade de se colocar mais perguntas por parte das Sras. e dos Srs. Deputados. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Infelizmente hoje, estamos aqui já estamos no segundo dia de debate deste orçamento rectificativo e, eu muito sinceramente Sr. Ministro das Finanças tem-nos dado algumas respostas com relação ao orçamento rectificativo não todas elas convincentes e aliás porque o senhor esteve em quase todos os governos exercendo a pasta ora director para área de tesouro, ora para orçamentos públicos e portanto ajudou muitos governos a elaborar os seus orçamentos.

Certamente que tem um orçamento que lhe foi entregue e que o Sr. Ministro não se revê muito nesse nele e como não se revê muito nesse orçamento tem demonstrado alguma dificuldade em fazer defesa do próprio. Mas eu fico um bocado preocupado não consigo Sr. Ministro porque temos que agradecer essa sua disponibilidade aqui em dar respostas as preocupações que os Deputados têm levantado mas fico preocupado, sim é com o silêncio do Sr. Primeiro-Ministro e Chefe de Governo, uma vez que o Sr. Primeiro-Ministro tem-nos brindado através da comunicação social quando está dois ou a três com os jornalistas com as suas intervenções falando dos problemas que o país tem, problemas económicos e financeiros, falando dos orçamentos quando aqui em casa própria, onde os Deputados estão cá para lhe ouvir, gostaríamos sinceramente ouvir a sua voz e é por isso que o senhor está cá.

Quanto não, teríamos que discutir o orçamento aqui sem a presença do Sr. Primeiro-Ministro. Estamos a discutir o orçamento com a presença do Sr. Primeiro-Ministro porque o Sr. Primeiro-Ministro é que portanto é o Chefe do Governo e que é o Sr. Primeiro-Ministro que tem a responsabilidade para com a execução deste orçamento que ora nos apresenta. Daí que, eu me sinto um bocado preocupado Sr. Primeiro-Ministro com este silêncio da sua parte e gostaria porque acho que não fica bem...

Risos gerais

O povo quer lhe ouvir um bocado Sr. Primeiro-Ministro, que nos vem também aqui...

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Cortaram emissão.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Ah! Já cortaram? Francamente. A comunicação social não gosta de mim, Sr. Primeiro-Ministro, mas gosta muito de si.

Uma Voz: — Já está.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Parece-me que agora a comunicação social decidiu, enfim perceber que sou Deputado da nação e que tenho direito a palavra. Daí que, o Sr. Primeiro-Ministro gostaria de ouvir não só a sua declaração final mas no âmbito dos diversos problemas que foram levantados aqui que também viesse aqui fazer defesa deste orçamento que o Sr. Primeiro-Ministro irá ter como responsabilidade fazer cumprir.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel para uma intervenção.

O Sr. **José António** (ADI): — Sr. Primeiro-Ministro, voltando mais uma vez a questão das dívidas públicas mas desta vez dívidas do terceiro para com o Estado. É neste sentido que gostaria de fazer essa breve intervenção na perspectiva de perguntar ao Governo como é que tem estado a questão de pagamento das dívidas aliás das pessoas que têm estado em casas do Estado que têm dívidas para com o Estado consta que alguns dos Deputados que estão aqui na nossa sala também têm essas casas de Estado e estão a viver nelas. Gostaria que o governo nos explicasse como é que está o pagamento dessas casas. Se as pessoas têm estado a honrar de facto os seus compromissos com o pagamento dessas dívidas.

Aplausos de MLSTP/PSD

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Estás a nos ajudar.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Você fez boa coisa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Há bocado houve um Deputado que levantou uma questão aí que me chamou a algum interesse. Interesse esse, porque efectivamente o Sr. Primeiro-Ministro esteve no Distrito de Cantagalo e que na reunião que teve com os seus militantes havia dito que o Deputado Jorge Amado tomou a casa do Estado, nunca pagou a casa do Estado, deve a casa do Estado e portanto gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro realmente viesse confirmar isto aqui, sim.

Porque acho que a pergunta do Sr. Deputado é uma provocação para que realmente o Sr. Primeiro-Ministro viesse confirmar o que disse no Distrito de Cantagalo e confrontar com os seus serviços que lhe presta informações sobre que condições estão as pessoas que pagam as dívidas que têm com Estado, enfim, e como é que honram as suas dívidas. E para que o meu nome não fique como foi deixado no Distrito de Cantagalo como alguém que recebeu a casa do Estado e que nunca honrou com suas dívidas se na realidade o Sr. Primeiro-Ministro está consciente disso eu gostaria que viesse aqui publicamente falar.

Mas também nós gostaríamos de conhecer e porque também deixou-se público aqui sobre os salários que as pessoas recebem, subsídio de renda de casa, e fez-se até menção a subsídio de renda de casa que o Sr. Primeiro-Ministro recebe e todo o mundo publicamente conheceu mas ficamos sem sabe quem paga casa de Vila Maria que são 5 mil dólares por mês. Qual é o fundo do Estado que paga a casa onde o Sr. Primeiro-Ministro reside? Como é que paga isto? Também gostaríamos de saber. Porque não vimos isso no orçamento mas nós sabemos que o Sr. Primeiro-Ministro não paga isso e que é pago com o fundo do Estado.

Aplausos de MLSTP/PSD e PCD.

O Sr. **Presidente**: — A mesa já registou cinco inscritos e nesse sentido é a quarta ronda e, assim gostaria de saber por parte do Governo se há alguma intenção em fazer alguma intervenção. Se não há mais intervenções não podemos ficar tanto tempo assim só no silêncio. Daí que, não havendo mais perguntas por parte dos Srs. Deputados não vamos ficar cá assim em silêncio. Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Era apenas para interpelar a Mesa. Sendo a primeira intervenção gostaria de cumprimentar a todos. Mas eu julgo que estamos aqui a fazer muito uma figura triste. Deputado não pode vir para sala do plenário e ficar sentado um a ver para outro, ou conversando ao lado como se fosse que estamos cá e o tempo para nós não serve para nada. Se não há mais inscrito e se o Governo não quer responder...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — É apenas para interpelar a Mesa.

Pronto, sendo a primeira intervenção, quero cumprimentar a todos. Eu julgo que nós estamos aqui a fazer muita figura triste.

O Deputado não pode vir à Sala do Plenário e ficar sentado, um a ver para o outro, ou a conversar ao lado, como se fosse que nós estamos cá e o tempo para nós não serve para nada. Se não há mais inscritos, se o Governo não quer responder, encerra isto! Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Deputado. É aquilo que estava a pensar fazer, logo a seguir. Portanto, como eu sei que, geralmente, aguarda-se até ao último. Quando eu decido em contrário, pronto agora toda a gente quer intervir. Estou fazendo tempo; ganhando tempo, para ver se há mais intervenções. Portanto, como dizia, Sras. e Srs. Deputados,

Murmúrios.

Sras. e Srs. Deputados, o que está previsto no nosso Regimento da Assembleia Nacional, no seu ponto 2, do artigo 209.º, é quem encerra o debate é o Sr. Primeiro-Ministro, antes de passarmos à votação. Portanto, não havendo mais intervenções, não havendo mais necessidade de continuar nesse debate, neste sentido, convidaria o Sr. Primeiro-Ministro, mas antes de convidar o Sr. Primeiro-Ministro, convidaria os grupos parlamentares, que têm direito a produzir uma declaração sobre essa Proposta de Lei de Rectificação do Orçamento Geral do Estado.

Neste caso, convidaria o Grupo Parlamentar do PCD a fazer a sua declaração.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Excelência, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Excelências, Sr. Primeiro-Ministro, Excelência, Sra. Ministra e Srs. Ministros, Excelências,

Aquando da aprovação do OGE 2017, ainda em vigor, foram aqui esgrimidos vários argumentos e demonstrados que aquele Orçamento padecia de visíveis insuficiências e clamava por melhorias, senão mesmo por uma profunda reformulação. Aliás, viu-se que o OGE, aprovado nesta Magna Assembleia, não foi o que se remeteu ao Presidente da República para promulgação e posterior publicação. Neste caso,

Excelências, estamos perante três orçamentos para o ano em curso: sendo um, aprovado pela maioria que sustenta o Governo, outro, que está no portal do Ministério das Finanças que foi remetido ao Presidente da República e que está em vigor e o último, que está a ser apreciado nesta Assembleia.

Na altura, a maioria ignorou todos os argumentos da oposição, e, como tem sido hábito, apostou no é só avançar, mesmo que se incorra na ilegalidade. Como a mentira tem pernas curtas, passados pouco mais de cinco meses, somos hoje confrontados com OGE Rectificativo.

Sr. Primeiro-Ministro, na sua declaração de apresentação do Documento em apreço, ao dado momento disse: «A realidade das Finanças do país não data de hoje». Poderemos estar até certa medida de acordo consigo. No entanto, convém salientar que em 2014, aquando das Eleições Legislativas, que ditou a vitória, com uma maioria do ADI, o País estava com dificuldades e havia vozes que na altura diziam que o País estava a precisar do PIN para arrancar. Importa frisar que o PIN tem quatro dígitos. De igual modo, importa também lembrar que, na altura, o ADI garantiu ao povo, publicamente, de forma clara e inequívoca que tinha o PIN, ou seja, que tinha soluções para os grandes problemas que o País enfrentava, chegando ao ponto de prometer ao povo a transformação do nosso amado São Tomé e Príncipe em um Dubai africano.

Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Povo de São Tomé e Príncipe. Passados cerca de três anos de governação da tão propalada maioria absoluta do ADI, tendo cinco das seis Câmaras Distritais, com o Presidente da República do seu Partido, está claro que tudo não passou de uma miragem. O povo de São Tomé e Príncipe foi enganado pelo ADI e pelo seu líder. Pese embora algumas obras de continuidade, repito de continuidade, e uma ou outra tentativa de inovação, sem sucesso visível, é claramente notável que o País e o povo de São Tomé e Príncipe se encontram mergulhados na maior dificuldade de sempre.

Foram várias as tentativas de adivinhar o PIN e como resultado o país bloqueou. A pobreza aumentou, os impostos e outras taxas aumentaram, o desemprego aumentou, o emprego para a juventude nem deu o ar da sua graça, o arroz de treze contos tornou-se conto. Já não existe. A saúde está nos cuidados intensivos, os agricultores estão cada vez mais jogados à sua sorte, embarcação que desaparece das nossas águas, ninguém diz nada em concreto, a criminalidade tomou conta do País de forma assustadora, assalto à mão armada, em forma de gangues, já é realidade no nosso país.

A promessa de uma pessoa um emprego um salário ficou na promessa. Prova disso, contrariamente ao que se prometeu, existem deputados e dirigentes do ADI com emprego e estão simultaneamente nos conselhos de administração das empresas e instituições públicas a ganharem salários acima de 100 milhões de dobras! Estes estão a safar, enquanto o povo sofre mais e mais.

Enfim! Em conclusão podemos dizer, que se antes do ADI vencer as Eleições em 2014, o País estava a precisar do PIN, hoje, face à estagnação social, económica e humana que se vive, o País está a pedir PUK. É bom realçar que o PUK tem 12 dígitos.

Sr. Primeiro-Ministro, se o senhor e o seu Governo não conseguiram resolver o problema do PIN, nós, o Grupo Parlamentar do PCD, temos sérias dúvidas se esse mesmo Governo irá conseguir o mais difícil, que é o PUK. De qualquer modo, com a humildade que sempre nos caracterizou e porque nós não nos auguramos sermos os únicos detentores de saber, nem proprietários das certezas, iremos dar benefício de dúvidas ao Governo, abstendo na votação deste OGE Rectificativo. Precisamos de trabalho para encontrar o PUK, como o Governo precisa fazer.

Um bem-haja a todos. Viva São Tomé e Príncipe. Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD

Uma voz de ADI: — Vocês é que estão com o PUK.

O Sr. **Presidente:** — Gostaria de convidar o Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD também a fazer sua declaração.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro e os membros do seu Governo, Sras. e Srs. Deputados: Infelizmente, este é o terceiro Orçamento que o Governo do ADI apresenta ao país no ano 2017. O primeiro Orçamento aprovado por esta Assembleia ficou frustrado, o segundo, que não foi aprovado por essa Assembleia, foi promulgado pelo Presidente da República, numa flagrante violação de leis do país, numa máxima: «de que o Governo submete, eu assino só». Esse terceiro Orçamento, que agora apreciamos, nada difere do primeiro, o que nos leva a afirmar que este Orçamento já está em execução, desde o início do ano. Como um Orçamento Rectificativo, só nos resta dizer que é uma falsidade de Orçamento.

Sr. Primeiro-Ministro, a política do Governo não se esgota apenas na apresentação de um Orçamento Geral do Estado, mas sim da responsabilidade de quem produz. Este Orçamento, sendo o quinto Orçamento deste Governo, esperávamos que fosse um Orçamento diferente. Um Orçamento com perspectiva, um Orçamento com esperança para a vida das pessoas. O que se pode apreender é que este Governo não tem visão para o futuro de São Tomé e Príncipe. O Governo está desnordeado e tenta levar-

nos para o buraco. Como resultado, o País está cada vez pior e a vida das pessoas não melhora. A economia não cresce e ao comparar com 2014 a economia tem muito a desejar:

A exportação não cresce, o consumo diminuiu na qualidade e na quantidade, o investimento diminuiu e principalmente o investimento público gerador de emprego. As dívidas externas e internas do País crescem a cada dia. O País está pior, está mesmo...enfim, afugentando os investidores. O País está de tanga. Ninguém acredita nas propostas deste Governo.

Quando olhamos para este Orçamento, Sr. Primeiro-Ministro, apesar do quadro macroeconómico ser mais reduzido, temos obrigação de procurar neste Orçamento, qual é a previsão do crescimento? A resposta é: nenhuma! Que condição para promover o crescimento do emprego e o crescimento das empresas privadas? Como promover as micros, pequenas e grandes empresas? Nada disso consta.

Cria-se aqui um círculo vicioso de empobrecimento para o País e para as pessoas. Podemos assim concluir que 2015 e 2017 foram anos de estagnação do nosso país.

Risos.

Eu pergunto ao ADI e ao Primeiro-Ministro: Será mesmo que no fim de cada dia, pessoas estão melhores, vivem melhores, do que em 2014?

Com o novo imposto sobre o património, o aumento de imposto sobre as bebidas alcoólicas e sumos, águas minerais, carnes, vinagres, sobretudo... O Estado aumenta imposto sobre selos de veículos, mas as estradas continuam esburacadas e o Orçamento não nos apresenta soluções.

O melhor dizer, o Governo mete a mão no bolso das pessoas, retira o último tostão para ver se acerta as contas com o Banco Mundial e FMI.

Como acertar contas, Sr. Primeiro-Ministro, se a exportação não aumenta? Como acertar contas, se o consumo diminui? Como acertar contas, se o investimento não cresce? Como acerta conta, se a corrupção aumenta e o fundo público é desviado todos os dias? Como acertar conta, Sr. Primeiro-Ministro, se até agora não nos esclarece o destino de 30 milhões de dólares que recebeu para a construção da cidade administrativa? Como acertar conta, Sr. Primeiro-Ministro, se os 20 milhões de dólares que recebeu como apoio às medidas que tomou para repor a presença de China Popular nós desconhecemos qual é, portanto, o destino do dinheiro, mas o certo é que soubemos que 10 milhões ficaram depositados no Banco de Libreville.

Vozes: — Quê!...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Como acertar contas, Sr. Primeiro-Ministro, se a sua viagem para passeio ao estrangeiro não deixa de aumentar? Como acertar contas, se sabemos que o Governo recorre aos bancos privados para receber dinheiro, para fazer cobro ao pagamento dos salários? Como acertar contas, Sr. Primeiro-Ministro, se o Governo fia obras e não paga? Não honra com o seu compromisso! Não cumpre com o programa para pagar as dívidas assumidas e realizadas, levando as empresas à falência e desemprego de muitas famílias?

Olhando para este Orçamento, Sr. Primeiro-Ministro, perguntamos, onde vamos? Como é que o País vai criar riqueza? Como é que vamos fixar a juventude e como é que lhes vamos dar mais e melhor oportunidade? Como é que vamos diminuir o desequilíbrio social? Que esperança para o povo de São Tomé e Príncipe?

Este é um Orçamento mau, Sr. Primeiro-Ministro!

Por isso, o meu Partido vota contra este Orçamento, porque este Orçamento é um veneno que se é apresentado ao povo de São Tomé e Príncipe. Deixa o País vulnerável à crise externa e não faz qualquer exercício para criar condições de crescimento para o futuro de São Tomé e Príncipe. Este Orçamento, Sr. Primeiro-Ministro, é um Orçamento populista, retrógrado e irreal! Este Orçamento não serve ao povo de São Tomé e Príncipe! Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD.

O Sr. **Presidente**: — Convido agora o Sr. Deputado José Manuel Costa Alegre para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do ADI.

O Sr. **José Manuel Costa Alegre** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sra. Ministra, Srs. Ministros, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, as minhas sinceras saudações!

Após várias explicações dadas pelo Ministro das Finanças, sinceramente, acho que dispensa qualquer outro comentário aí nesta Sala, porque, no meu ponto de vista, todas as perguntas foram concretamente respondidas e dispensa qualquer comentário, qualquer comentário mesmo, pelo menos das pessoas coerentes.

Excelências, eis que chegamos ao fim de mais um trabalho, ou estamos a chegar ao fim de mais um trabalho importante, trabalho que visa um ajustamento ao Orçamento Geral do Estado; Orçamento

Rectificativo. Ajustamento este que consiste em medidas para redução de despesas, aumento de receitas, permitindo que as despesas sejam sustentadas verdadeiramente pelas receitas. Após a análise do Documento, percebemos, nós o Grupo Parlamentar do ADI percebemos que o incentivo da diminuição de despesa passaria pela diminuição de várias despesas, dentre elas: diminuição de combustível para alguns sectores, corte de diminuição de comunicação, recargas de telemóveis dentre outras despesas e essas medidas foram contempladas, claramente, no Orçamento Rectificativo.

Porque o próprio nome diz, rectificar é ajustar para a conjuntura actual. E que o incentivo de aumento de receitas passa pelo aumento de taxas e impostos para produtos nocivos à saúde, como foi explicado aí pelo Sr. Primeiro-Ministro e também pelo Sr. Ministro e várias as vozes citaram isso aí, e também o agravamento de algumas taxas para gerar competição, porque, provavelmente, poderiam gerar competição com produtos locais, neste caso incentivando assim a produção desses mesmos produtos em grande escala.

Portanto, atendendo que as referidas medidas constituem opções mais acertadas para o País na conjuntura actual e com base em tudo acima mencionado; quer pelo Sr. Ministro, quer no discurso do Sr. Primeiro-Ministro, o Grupo Parlamentar do ADI votará a favor deste Orçamento Rectificativo e aproveitou a oportunidade para encorajar o Governo a seguir em frente com determinação e coragem, porque o País precisa.

Que o maravilhoso Deus abençoe São Tomé e Príncipe, rica e poderosamente!

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado. Convido agora o Sr. Primeiro Ministro e Chefe do Governo para nos apresentar a sua nota final, antes de passarmos a votação na generalidade.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo** (Patrice Trovoada):— Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Excelências, Sra. e Srs. Membros do Governo, Excelências,

Chegamos ao fim do debate sobre o Orçamento Rectificativo para 2017. O debate não trouxe surpresas. Parte da oposição agiu como nos tem habituado, com o seu estilo, com algumas afirmações difamatórias e fantasistas e que ultrapassa até o foro político. A oposição agiu com o seu estilo e com os seus protagonistas habituais. O Governo respondeu aquilo que podia responder e esclareceu, como também, submeteu-se às críticas.

Como habitualmente, fomos servidos com contraverdades, países amigos foram enxovalhados, comprometendo a nossa imagem externa e, como era de esperar, a oposição não apresentou alternativas credíveis ao factor principal em torno do Orçamento Rectificativo que é de termos que reduzir o défice até o nível de 1,8% do PIB, fora do pagamento dos juros da dívida externa até ao final do ano.

Não nos disse como contornar esta quase imposição do FMI, em reduzir as despesas gerais para o funcionamento e investimento, para que elas sejam cobertas pelas receitas, cujo nível, por sua vez, está muito baixo, fruto da conjuntura e dum paradoxo que reside na necessidade de oferecermos incentivos fiscais para atrairmos investidores, incentivos em termos de importação para os bens que concorrem ao aumento da produção nacional, conter a inflação e muitas outras isenções.

A oposição não nos disse, como proceder à uma redução geral das despesas, aumentando as receitas, sem tocar em taxas ou impostos, num país que quase nada produz. Do mesmo modo, não nos disse, sem demagogia e demonstrando, sobretudo, um verdadeiro conhecimento profundo da gestão de um Estado como o nosso e da amplitude dos seus compromissos e responsabilidades, o que priorizar, quando tudo é prioritário. A oposição opôs a tudo, como é habitual, e não contribuiu pela positiva e tentou alimentar por vezes, o medo e a revolta no seio da população. Estaremos à espera do debate na especialidade para ver se assistiremos alguma evolução e mudança de comportamento por parte da oposição.

Aplausos do Grupo Parlamentar do ADI.

...

Vozes do ADI: — Muito bem, muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**:— Cabe dizer aos santomenses....

Protesto do Deputado Vasco Guiva

...Srs. Deputados, eu quero dizer que eu também sou um Deputado efectivo . Mas, eu fui eleito. E, se não respeitam o Governo, então peço para respeitarem um Deputado efectivo, que está com o mandato suspenso para exercer as funções de Primeiro-Ministro.

Sr. Presidente da Assembleia Nacional, posso continuar? Muito bem! ...

Protestos e murmúrios.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Deputado, por amor de Deus! Por amor de Deus. Há uma intervenção do Sr. Primeiro-Ministro

Cabe-me dizer aos são-tomenses que, de facto, é de toda conveniência fazermos tudo e todos os esforços possíveis para reduzir o défice para níveis aceitáveis pelo FMI, para evitarmos uma situação mais grave ainda de cortes dos apoios ao Orçamento, por parte do Banco Mundial e da União Europeia pela mesma imposição do FMI. Esta situação traduz o aspecto dramático da nossa dependência ao exterior que abrange não só as nossas necessidades, em termos de recursos públicos e privados para os investimentos, mas também a nossa dependência para satisfazer as necessidades correntes e de curto prazo.

O Governo, para os próximos meses do ano em curso, fiel ao seu compromisso com os mais humildes dos nossos compatriotas e à juventude, fez as arbitragens que julgou necessárias, nomeadamente no que diz respeito às infra-estruturas sociais: água, estrada, energia. No que diz respeito às infra-estruturas escolares, as bolsas de estudo... E, o Governo, consciente da necessidade de prosseguir com reformas, embora a conjuntura, fez também nesse sector as arbitragens possíveis.

Determinado em reforçar a protecção das pessoas e dos bens, o Governo agiu em conformidade no limite das suas possibilidades financeiras para manter o nível de operacionalidade das forças de defesa e segurança. A preservação do acordo com o FMI foi determinante nas escolhas que fizemos para evitarmos dificuldades acrescidas no final do ano. Queremos que os nossos parceiros continuem a acreditar em nós e na nossa determinação em melhorar o estado das nossas finanças públicas e da nossa economia.

Por isso, pedimos a contribuição de todos para os próximos meses que restam para finalizar 2017. Pedimos realismo, esforço e espírito de responsabilidade. Não tenhamos ilusões, e como ficou aqui bastante claro, não existem alternativas e o momento não é para aventuras ou aventureiros. Tenhamos confiança no futuro! Como foi dito aqui, o nosso país, em breve, sairá do grupo dos países menos avançados. Tenhamos consciência também das nossas fragilidades. Continuemos a trabalhar na mudança de paradigma, mudando, principalmente, os nossos comportamentos e atitudes perante a coisa pública. Este Governo, que tenho a honra de presidir, jamais irá exigir, ao povo, sacrifícios impossíveis e que comprometem, irreversivelmente, o futuro do País e a paz social. Mas que tem que haver sacrifício, tem que haver. Teremos um futuro melhor, e este Governo tem estado a trabalhar nessas perspectivas, com resultados visíveis, embora dificuldades persistentes.

Por isso, agradeço a todos, particularmente, aqueles que irão renovar a confiança ao Governo, votando favoravelmente para esse Orçamento Rectificativo. Muito obrigado!

Aplausos do ADI.

Protestos do Sr. Deputado Vasco Guiva.

O Sr. **Presidente**:— Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro, pela sua intervenção. Vamos avançar com a nossa agenda de trabalhos para hoje; desta feita, submeto a Proposta de Lei do Orçamento Rectificativo à aprovação na generalidade.

Submetido à votação, a Proposta de Lei n.º 24/X/6.ª/2017 – Lei de Rectificação do Orçamento Geral do Estado para o ano Económico de 2017, foi aprovada com 32 votos a favor do Grupo Parlamentar do ADI, 14 votos contra do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e UDD e 5 abstenções o Grupo Parlamentar do PCD.

Portanto, está aprovado o Orçamento Geral do Estado na generalidade.

Aplausos do ADI.

Após a aprovação do Orçamento, portanto, o Documento irá seguir para, eventualmente, para 3ª Comissão Especializada Permanente, para apreciação e votação na especialidade.

Posto isto, portanto, declaro encerrada a nossa Sessão Plenária, para o dia de hoje.

O Sr. Presidente encerrou a Sessão às 12 horas e 45 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Carlos Manuel Cassandra Correia

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

António Monteiro Fernandes

Brito Vaz d'Assunção do E. Santo

José da Graça Viegas Santiago